



# Diário da Justiça

REPÚBLICA  
FEDERATIVA  
DO BRASIL

ANO LXVI — Nº 102

QUARTA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 1991

BRASÍLIA — DF

## Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	7117
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	7129
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....	7131
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	7171
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR .....	7191
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO .....	7194
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL	
— Conselho Federal .....	7215

## Supremo Tribunal Federal

### Presidência

#### ÍNDICE DE ADVOGADOS

ANA ELIETE BECKER MACARINI	3 0122689-7/210
ESBER CHADDAD	3 0130552-5/210
3 0130554-1/210	3 0130555-0/210
3 0131017-1/210	3 0131018-9/210
3 0132037-1/210	3 0131134-7/210
JOAO RICARDO VALLE MACHADO	1 0000518-9/600
LUIZ CARLOS LIMA	3 0122689-7/210

#### DISTRIBUIÇÃO

QUINQUAGESIMA SETIMA AUDIENCIA DE DISTRIBUICAO EXTRAORDINARIA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 1991. PRESIDENTE O EXMO. SR. MINISTRO SYDNEY SANCHES (ART. 66, RISTF).

AS 17:00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDENCIA, FORAM DISTRIBUIDOS OS SEGUINTE FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

ADIN 0000516-2/600 DF  
RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI  
RECTE : PROCURADOR-GERAL DA REPUBLICA  
REDDO : PRESIDENTE DA REPUBLICA  
REDDO : CONGRESSO NACIONAL

ADIN 0000518-9/600 DF  
RELATOR : MIN. SEPULVEDA PERTENCE  
RECTE : GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDONIA  
ADV. : JOAO RICARDO VALLE MACHADO  
REDDO : GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDONIA  
REDDO : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA

MINISTRO	REGISTR.	DISTR.	REDISTR.	TOTAL
MIN. OCTAVIO GALLOTTI		1		1
MIN. SEPULVEDA PERTENCE		1		1
TOTAL		2		2

NADA MAIS HAVENDO, FOI ENCERRADA A PRESENTE ATA DE DISTRIBUICAO.....SONIA MARIA DE CARVALHO BARROS, DIRETORA DO SERVIÇO DE DISTRIBUICAO, PUBLICIDADE E ESTATISTICA.....ALDA VILLAS BOAS CARVALHO, DIRETORA DO DEPARTAMENTO JUDICIARIO.

Brasília, 27 de maio de 1991

MINISTRO SYDNEY SANCHES  
Presidente do Tribunal

### Primeira Turma

#### Pauta de Julgamentos

PAUTA N. 11 - ELABORADA NOS TERMOS DO ART. 83 DO REGIMENTO INTERNO PARA JULGAMENTO A PARTIR DA PROXIMA SESSAO CONTENDO OS SEGUINTE PROCESSOS:

RE 0122689-7/210 PR  
RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES  
RECTE. : MADEIREIRA CAMILOTTI LTDA  
ADV. : LUIZ CARLOS LIMA  
REDDO. : HONORIO PINTO DE OLIVEIRA (ESPOLIO DE )  
ADV. : ANA ELIETE BECKER MACARINI E OUTROS

RF 0130552-5/210 DF  
RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES  
RECTE. : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL  
REDDO. : SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE AVARE  
REDDO. : DANTE TEZZA FILHO  
ADV. : ESBER CHADDAD

RE 0130554-1/210 DF  
RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES  
RECTE. : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL  
REDDO. : SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE AVARE  
REDDO. : GILBERTO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/C LTDA  
ADV. : ESBER CHADDAD

RE 0130555-0/210 DF  
RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES  
RECTE. : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL  
REDDO. : SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE AVARE  
REDDO. : HEITOR MOREIRA CUNTO  
ADV. : ESBER CHADDAD

RE 0131013-0/210 DF  
RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES  
RECTE. : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL  
REDDO. : SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE AVARE  
REDDO. : IMOBILIARIA TRABULSI LTDA  
ADV. : ESBER CHADDAD

RE 0131017-1/210 DF  
RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI  
RECTE. : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL  
REDDO. : SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE AVARE  
REDDO. : HAROLDO RIBEIRO DA SILVA  
ADV. : ESBER CHADDAD

RE 0131018-9/210 DF  
RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI  
RECTE. : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL  
REDDO. : LUIZ CARLOS ROWE  
REDDO. : SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE AVARE  
ADV. : ESBER CHADDAD

RE 0131134-7/210 DF  
RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES  
RECTE. : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL  
REDDO. : SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE AVARE  
REDDO. : JOAO BRIZANEZI  
ADV. : ESBER CHADDAD



RE 0132037-1/210 DF  
RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI  
RECTE. : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL  
RECD. : SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE AVARE  
RECD. : ALVORADA PRESTACAO DE SERVICOS RURAIS S/C LTDA  
ADV. : ESBER CHADDAD

RE 0134342-7/210 DF  
RELATOR : MIN. SEPULVEDA PERTENCE  
RECTE. : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL  
RECD. : SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE AVARE  
RECD. : GENESIO DE ASSIS  
ADV. : ESBER CHADDAD

Brasília, 27 de maio de 1991

RICARDO DIAS DUARTE  
Secretário

## Segunda Turma

### Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 15 - Elaborada nos termos do art. 83 do Regimento Interno para julgamento a partir da próxima sessão contendo o seguinte processo:

RE 134.230-7 - SP  
Rel.: Ministro Carlos Velloso. Recte.: Estado de São Paulo (Adv.: Carlos Alves Gomes). Recdos.: Magda Pires Guludjian e outros (Adv.: Antonio Roberto Sandoval Filho).

Brasília, 27 de maio de 1991.

JOSÉ WILSON ARAGÃO  
Secretário

## Departamento Judiciário

### Despachos

#### PROCESSOS DIVERSOS

#### ADIN nº 511-1/600-DF

Requerente: Federação Nacional do Fisco Estadual - FENEFISCO (Adv.: Paulo Leonardo Medeiros Vieira)  
Requerido: Governador do Estado de Santa Catarina e Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina



#### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional  
SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF  
Telefones: (FABX (061) 321-5566) Telex: (061) 1356 DIMN BR  
Fax: (061) 225-2046  
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA  
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR  
Chefe de Divisão de Jornais Oficiais

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I  
Órgão destinado à publicação dos atos do Poder Judiciário

JOSÉ EDMAR GOMES  
Editor

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias. Matérias entregues até às 13 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Divisão de Jornais Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial		Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 1.686,00	Cr\$ 441,00	Cr\$ 1.653,00	Cr\$ 1.359,00
PORTE:	Cr\$ 11.814,00	Cr\$ 5.808,00	Cr\$ 21.384,00	Cr\$ 11.814,00

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)  
Telefone: (061) 226-2586  
Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.

DESPACHO: Vistos, etc.  
Junte a autora seus estatutos e atos constitutivos e representativos, comprovadores de sua legitimação para a presente ação.

Intime-se.  
Brasília, 24 de maio de 1991.

Ministro PAULO BROSSARD  
Relator

AR 1.025-8 - PR (Execução)  
Exequentes: Roberto Fontes e sua mulher (Adv.: Elpidio Araujo Meris e Maria de Fátima Lucas). Executados: Mário José Fontana e sua mulher (Adv.: Clínio Leandro Lino Lyra e Raul Queiroz Neves).

DECISÃO: - De-se ciência aos exequentes, dos termos da comunicação de fls. 357 e aguarde-se manifestação dos interessados.  
Int.  
Brasília, 22 de maio de 1991.

Ministro SYDNEY SANCHES  
Presidente

#### Extradicação nº 536-7 - DF

Repte.: Governo da Espanha. Extnd.: José Luis Gonzalez Lima (Adv.: Frederico Penna).

D E S P A C H O: Delequei ao Juízo Federal da Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul o interrogatório do extraditando - que lá se acha preso - e a concessão de vista à defesa, se indicado defensor domiciliado naquele Estado (f. 45).

2. Não obstante o extraditando fosse apresentado para o interrogatório acompanhado de advogado, que firmou o termo da audiência (f. 62 v.), o MM. Juiz não lhe abriu vista dos autos; ao contrário, no próprio ato, determinou o seu retorno ao Supremo Tribunal (f. 62 v.).

3. Embora o extraditando, no interrogatório (f. 62) e na petição do seu defensor (f. 83), manifeste o seu desejo de ver de ferida a extradição e solicite urgência, em face do seu estado de saúde (f. 84), a jurisprudência do Tribunal não dispensa o controle da legalidade do pedido de entrega, precedida de oportunidade de defesa do extraditando (v.g. Extr. 491-3, 30.6.89, Pertence; HC 67.775, 14.12.89, Brossard).

4. Em consequência, abro vista à defesa, por dez dias (RISTP, art. 210), prazo no qual, se o entender, poderá o advogado constituir declarando expressamente não ter alegações a deduzir, para que não se torne necessária a nomeação de defensor dativo.

Brasília, 24 de maio de 1991.

Ministro SEPULVEDA PERTENCE  
Relator

#### Petição nº 356-0 - RJ

Rel.: Min. Aldir Passarinho. Repte: Valls & Cia Ltda. (Adv.: Ricardo Tepedino e outros) Reqdos: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e Estado do Rio de Janeiro.

#### DESPACHO:

1. Declaro-me habilitado a proferir voto neste caso, segundo notas hoje gravadas.
2. Publique-se.

Brasília, 19 de maio de 1991.

Ministro MARCO AURÉLIO

Rcl. 352-3 - DF  
Rclta.: José da Silveira Lobo (Adv.: João Sergio Marinho Nunes). Rcldo.: Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

DECISÃO: - De-se vista dos autos à ilustrada (Procuradoria-Geral da República (art. 160 do RI/STP)).  
Publique-se.  
Brasília, 22 de maio de 1991.

Ministro SYDNEY SANCHES  
Presidente

#### SE nº 4.249-5 - E.U.A -

Repte: Guilherme Lins Farjalla (Adv.: Fernando Lauer e Eduardo José Soares Freire) Reqda: Maria Teresa Pessanha Farjalla, em solteira Maria Teresa Ramos Pessanha (Adv.: Oswaldo da Costa Ribeiro).

#### Despacho:

1. Proceda-se à comunicação ao subscritor da peça de folhas 19/20 da impossibilidade de atendimento ao que requerido. As intimações serão feitas via publicação no Diário da Justiça e não por postado.
2. Declaro-me habilitado a relatar o presente caso e a proferir voto, segundo notas hoje gravadas.



RR-17.527/90.6 - TRT da 6ª Região. Rel. Min. José Francisco da Silva. Rev. Min. Vanuili Abdala. Rcte: Rádio Clube de Pernambuco S/A (Dr. Jairo Aquino). Rcd: Thomas Edison Fontes Filho (Drª Esdra Gonçalves Lopes).

RR-17.882/90.4 - TRT da 4ª Região. Rel. Min. Francisco Leocádio. Rev. Min. Ney Doyle. Rcte: D. H. B. - Componentes Automotivas S/A (Dr. Edson Moraes Garcez). Rcd: Nilton Martins (Dr. Pio Cervo).

RR-18.012/90.8 - TRT da 2ª Região. Rel. Min. Francisco Leocádio. Rev. Min. Ney Doyle. Rcte: Sociedade Beneficente Carlos Dumont Villares (Dr. Ricardo Gelly de C. e Silva). Rcd: Inês Nunes de Melo Cerqueira (Drª Judith A. Marques).

AI-11.584/90.9 - TRT da 15ª Região. Rel. Min. Vantuili Abdala. Agte: Moroe Auto Peças S/A (Dr. Ataor Haddad). Agdo: Emiliano Alves da Silva Filho (Dr. Olímpio Palhares Ferreira).

RR-16.179/90.9 - TRT da 6ª Região. Rel. Min. Francisco Leocádio. Rev. Min. Ney Doyle. Rcte: Companhia Geral de Melhoramentos em Pernambuco. (Dr. Jairo Victor da Silva). Rcd: Severino Leandro da Silva. Os processos contantes da presente pauta, que não forem julgados nesta Sessão, entrarão em qualquer outra que se seguir, independentemente de nova publicação. Brasília, 27 de maio de 1991.

Brasília, 27 de maio de 1991.

JUHAN CURY AGUIAR  
Diretora da Secretaria da Turma

## Superior Tribunal Militar

### Diretoria Judiciária

SEÇÃO DE ACÓRDÃO E JURISPRUDÊNCIA  
PUBLICAÇÃO DE DECISÕES E EMENTAS

#### APELAÇÃO

45.700-3 - Rel.Min.Gen.Ex. Jorge F.M. de Sant'Anna. Rev e Rel p/o acórdão: Min. Dr. Aldo Fagundes. Apte.: WALTER REIS ALVES, Sd PM/DF, condenado a 4 anos de reclusão, incurso no art. 205, § 1º do CPM, com o direito de apelar em liberdade e com a pena acessória de exclusão das fileiras da Polícia Militar do Distrito Federal, ex vi o art. 102 do citado diploma legal. Apda.: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 11ª CJM, de 13.04.89. Adv: Dr. José Chagas Alves.

DECISÃO: Por maioria, o Tribunal deu provimento parcial ao apelo para mantendo a condenação, reduzir a pena do apelante a um ano de prisão, com o benefício do sursis. (Sessão de 06.12.90).

EMENTA: EXCESSO CULPOSO. Embora o agente, policial militar em serviço de patrulhamento de ruas, se encontrasse no cumprimento de dever legal, sua reação: um disparo com arma de fogo, foi desproporcional à ação da vítima: injúrias, agressões verbais e pedras. Não caracteriza o homicídio culposo, pune-se, todavia, o excesso, como dispõe o Art. 45 do CPM. Improcede a preliminar suscitada pela Defesa quanto à incompetência da Justiça Militar, in casu. Trata-se de policial militar em serviço e o uso de arma pertencente à corporação militar, nestas circunstâncias, torna o delito de competência da Justiça Militar. Provisto, em parte, o recurso da Defesa. Decisão unânime, quanto à preliminar, e, por maioria, no mérito.

45.925-3 - RJ. - Rel.Min.Alte.Esq. Roberto Andersen Cavalcanti. Rev. Min.Dr. Paulo César Cataldo. Apte.: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à 2ª Aud. Mar da 1ª CJM. Apda.: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Aud Mar da 1ª CJM, de 28.09.89, que absolveu o Ch. Mar WALTER FERREIRA SOARES JUNIOR, do crime previsto no art.187 do CPM.Advas.Dras. Eliane Ottoni de Luna Freire e Tania Sardinha Nascimento.

DECISÃO: Por maioria, o Tribunal negou provimento ao apelo, mantendo a Sentença recorrida. (Sessão de 14.11.90).

EMENTA: DESERÇÃO. Não se tipifica o crime quando comprovado não posuir o agente, no momento da deserção, a voluntariedade necessária à configuração do dolo em sua ação. Provimento negado ao recurso.Sentença absolutória "a quo" mantida integralmente. Decisão por maioria.

46.012-9 - MG - Rel. Min. Ten. Brig do Ar - Jorge José de Carvalho. Rev. Min. Dr. Aldo Fagundes. Apte.: CLAUDIONOR VAZ DE LIMA, Atirador, condenado a três anos de reclusão, incurso no artigo 205 c/c o parágrafo único do art. 30, ambos do CPM, com o direito de apelar em liberdade e o início do cumprimento da pena em regime aberto ex vi do art.110 da Lei de Execução Penal. Apda.: A Sentença do Conselho Permanente de

Justiça da Auditoria da 4ª CJM, de 06/03/90. Advas.Dras. Angela Maria Amaral da Silva e Samaritana da Silva Correia.

DECISÃO: Por maioria, o Tribunal deu provimento parcial ao apelo para mantida a condenação, reduzir a pena para dois anos de prisão, com o benefício do "sursis". (Sessão de 13.11.90).

EMENTA: TENTATIVA DE HOMICÍDIO - Atirador de Tiro de Guerra condenado, pela instância a quo, a três anos de reclusão. O Apelante foi acusado pela vítima, por reiteradas vezes, de homossexual. No interior brasileiro, e especificamente em Minas Gerais, uma acusação de pedestria é algo extremamente ofensivo, muitas das vezes levando a reações violentas. A sentença apelada não se preocupou com as circunstâncias em favor do suplicante, embora admita a existência de circunstâncias favoráveis ao réu. A avaliação das atenuantes a favor do recorren

te são bem maiores do que as expostas no decisório de primeiro grau. Crime perfeitamente definido pelo art. 205 do CPM c/c o inciso II do art. 30 do mesmo diploma legal. Inteligência do parágrafo único do art. 30 do estatuto castrense. Avultam a favor do requerente o ditado pelos artigos 84 do CPM e 606 do CPPM. O Tribunal deu provimento parcial ao apelo da defesa para reduzir para dois anos de prisão a pena imposta ao postulante, e concedendo-lhe o sursis pelo prazo de dois anos. Decisão por maioria.

46.024-3 - DF - Rel.Min.Alte.Esq. Roberto Andersen Cavalcanti. Rev. e Rel p/o acórdão Min.Dr. Antônio Carlos de Seixas Telles. Apte.: ADRIA NO TEIXEIRA DA CRUZ, Sd.Ex., condenado a 06 meses de prisão, incurso no art. 187 do CPM. Apda.: A Sentença do CJ do 32º Grupo de Artilharia de Campanha, de 30/03/90. Advª. Drª Elizabeth Diniz Martins Souto. DECISÃO: Por maioria, o Tribunal, preliminarmente, anulou o processo, ab initio, e concedeu HC, de ofício, para trancar a instrução provisória, arquivando-se os autos. (Sessão de 19.11.90). EMENTA: DESERÇÃO. Exigibilidade da atuação do representante do Ministério Público Militar na promoção da ação penal pública. Art 129, inciso I, da Constituição Federal. Nulidade reconhecida.

46.040-3 - MS - Rel.Min. Dr. Paulo Cesar Cataldo. Rev.Min.Gen.Ex. Haroldo Erichsen da Fonseca. Apte.: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 9ª CJM. Apda.: A Sentença do CPJ da Aud. da 9ª CJM, de 20.03.90, que absolveu o Ch. Ex. EDNIR GOMES DA SILVA, do crime previsto no art. 205, § 2º, inciso I, c/c o art. 70, inciso II, alínea "1" e 195, tudo do CPM. Adv. Dr. Carlos Gilberto Gonzalez.

DECISÃO: Por unanimidade, o Tribunal não conheceu do apelo. (Sessão de 14.11.90).

EMENTA: HOMICÍDIO. INCONFORMISMO EM OPOSIÇÃO A SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. DÚPLICE JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. INATENDIMENTO A PRESSUPOSTO OBJETIVO. NÃO COGNição. Apelo admitido na instância a quo quando a Sentença já adquirira os efeitos da imutabilidade. Princípio vigente: sujeição dos recursos ao duplo juízo de admissibilidade. Desatendido o pressuposto objetivo da tempestividade não se conhece da irresignação. Decisão unânime.

46.046-2 - DF - Rel.Min.Dr. Aldo Fagundes. Rev.Min.Gen.Ex.Wilberto Luiz Lima. Apte.: O Ministério Público Militar junto à Aud. da 11ª CJM. Apda.: A Sentença do CPJ da Aud. 11ª CJM, de 09.03.90, que absolveu o Sd. Ex. RONALDO RODRIGUES DA SILVA, do crime previsto no art. 158, § 1º do CPM. Adv. Dr. Ivanildo Barreto.

DECISÃO: Por unanimidade, o Tribunal negou provimento ao recurso, mantendo a Sentença apelada. (Sessão de 18.10.90).

EMENTA: RECUSA DE OEDIÊNCIA. O crime tipificado no Art.163 do CPM impõe a existência de ordem legal a ser obedecida, In casu, não houve nem voz de prisão, dada pelo superior, nem a indicação de dever imposto em lei, regulamento ou instrução a que o subordinado estivesse obrigado a cumprir.Negado provimento ao apelo do MPM. Decisão unânime.

46.078-0 - SP - Rel.Min.Ten.Brig.do Ar Cherubim Rosa Filho. Rev. Min. Dr. Antônio Carlos de Seixas Telles. Apte.: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à 1ª Auditoria da 2ª CJM. Apda.: A Sentença do CPJ da 1ª Aud. da 2ª CJM, de 17.04.90, que absolveu os civis ASSIS GASPAR MENDES LIMA DE OLIVEIRA e MARCO ANTÔNIO FERRAZ DE CAMARGO, do crime previsto no art 290 do CPM, Advª. Drs. José Carlos Etrusco Vieira, Maria Heloísa de Barros Silva, Ariosvaldo de Gois Costa Homem e Ariosvaldo Barione Cambraia.

DECISÃO: Por unanimidade, o Tribunal manteve a Sentença recorrida.(Sessão de 26.11.90).

EMENTA: GUARDA DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE (Art 290, CPM). ABSOLVIÇÃO. Para a tipificação deste delito, é imprescindível que o conjunto probatório apresente-se estreme de dúvida, de modo a demonstrar que o réu tornou-se responsável pela guarda de substância tóxica, ou que determina dependência física ou psíquica, em lugar sujeito à administração militar, sem autorização. In casu, não restarem plenamente comprovadas a autoria e a materialidade delitivas. Recurso do MPM improvido. Decisão unânime.

46.082-9 - BA - Rel. Min. Dr. Aldo Fagundes. Rev. Min.Gen.Ex. Haroldo Erichsen da Fonseca. Aptes.: O MPM junto à Aud. da 6ª CJM, e MANOELITO GUIMARÃES DA SILVA, civil, condenado a 03 meses de prisão, incurso por desclassificação, no art. 301 do CPM, com o benefício do "sursis" pelo prazo de 2 anos. Apda.: A Sentença do CPJ da Aud.da 6ª CJM, de 30.04.90, que condenou o apelante, e absolveu os civis MARCO VALÉRIO DOS SANTOS PINHO, do crime previsto no art. 299 e EDVAN SOUZA DE ASSIS, do crime previsto no art. 299, c/c o art. 53, § 3º, tudo do CPM. Advª. Drs. Luiz Humberto Agle e Sergio Habib.

DECISÃO: Por unanimidade, o Tribunal absolveu o recorrente com o fulcro no art 439, letra "e", do CPPM. (Sessão de 19.12.90).

EMENTA: DESACATO. A tipicidade do crime do Art. 299 do CPM exige dolo específico, o animus, a intenção deliberada de agredir a dignidade ou o decoro da sentinela. A desclassificação, in melius, para o crime de desobediência pode ser operada, em tese, desde que coerente com a descrição que do fato fez a denúncia. Ausentes, todavia, os pressupostos para a condenação, seja por desacato, seja por desobediência, impõe-se a absolvição, por insuficiência de prova (CPPM, art 439, alínea "e"). Não provido o recurso interposto pelo MPM e dado provimento ao apelo da defesa. Decisão unânime.

46.100-0 - PR - Rel.Min. Ten.Brig.do Ar Jorge José de Carvalho. Rev. Min. Dr. Antonio Carlos de Nogueira. Apte.: VALFRIDO CARLOS KINDEL, Soldado do Exército, condenado a um ano e seis meses de prisão, incurso no art. 206 do CPM, com o direito de apelar em liberdade. Apda.: A Sentença do CPJ da Aud. da 5ª CJM, de 02.05.90. Advª. Drs. Edgar Leite dos Santos e Regina Maria Reichmann.

DECISÃO: Por maioria, o Tribunal manteve, a Sentença recorrida. (Sessão de 19.11.90).

EMENTA: - HOMICÍDIO CULPOSO - Preliminares argüidas pela defesa que não podem prosperar, eis que não há falhas nem na perícia médico-legal



nem no Inquérito Técnico da Arma. Não resta qualquer sombra de dúvida quanto à autoria e materialidade do delito, inclusive pela mansa e pacífica confissão do Apelante em todas as fases processuais. Mais um caso de brincadeira com arma em quartel, desta vez com consequências funestas, como a perda da vida de um jovem de 19 anos. Inadmissível que homens que recebem instrução quanto ao manejo de armas, e conhecem seus perigos, continuem a agir de maneira tão irresponsável. Por unanimidade, o Tribunal rejeitou as preliminares apresentadas e, no mérito, por maioria negou provimento ao apelo da defesa para manter a R. Decisão a quo.

46.102-7 - RJ - Rel. Min. Ten. Brig do Ar Cherubim Rosa Filho. Rev. Min. Dr. Eduardo Pires Gonçalves. Apte.: João Paulo Marques Pereira, civil, condenado a 01 ano de reclusão, incurso no art. 311 do CPM, com o benefício do "sursis" pelo prazo de dois anos. Apda.: A Sentença do CPJ da 2ª Aud. de Marinha da 1ª CJM, de 09.05.90. Adv. Dra. Tânia Sardinha Nascimento.

DECISÃO: Por unanimidade, o Tribunal manteve a Sentença recorrida. (Sessão de 21.11.90).

EMENTA: FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS (Art. 311, do CPM). Comprovadas a autoria, a materialidade e a culpabilidade, não há que se falar em absolvição do acusado. Recurso improvido. Decisão unânime.

46.103-7 - RJ - Rel. Min. Ten. Brig. do Ar Jorge José de Carvalho. Rev. Min. Dr. Antonio Carlos de Seixas Telles. Apte.: REGINALDO CUNHA DO NASCIMENTO, Cabo de Marinha, condenado a seis meses de detenção, incurso no art. 187, c/c o art. 189, inciso I, ambos do CPM. Apda.: A Sentença do CPJ da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 31.05.90. Adv. Dra. Tânia Sardinha do Nascimento.

DECISÃO: Por unanimidade, o Tribunal deu provimento parcial ao apelo, para reduzir a pena a cinco meses e dez dias de prisão. (Sessão de 09.11.90).

EMENTA: DESERÇÃO - Delito formal plenamente configurado in casu. Apela-te maior, primário, de bons antecedentes, Cabo de Marinha, que se apresentou voluntariamente 45 dias após a consumação do crime. Suplica-te devidamente citado nos autos. O Tribunal, por maioria, rejeitou a Preliminar suscitada de ofício e, no mérito, por unanimidade, deu provimento parcial ao apelo da Defesa para reduzir a pena imposta em primeiro grau.

46.110-0 - RJ - Rel. Min. Alte. Esq. Roberto Andersen Cavalcanti. Rev. Min. Dr. Eduardo Pires Gonçalves. Apte.: José Luiz Thuler, MN, condenado a 06 meses de detenção, incurso no art. 187 do CPM. Apda.: A Sentença do CPJ de Justiça da 2ª Aud. Mar. da 1ª CJM, de 31.05.90. Adv. Dra. Eliane Ottoni de Luna Freire.

DECISÃO: Por unanimidade, o Tribunal manteve a Sentença recorrida. (Sessão de 29.11.90).

EMENTA: DESERÇÃO. Delito comprovado nos autos. Justificativas apresentadas, alegações de ordem pessoal e familiar, sem suporte probatório, não elidem a culpabilidade do réu. Súmula nº 3 do STM. Negado provimento ao recurso. Decisão unânime.

46.133-9 - DF - Rel. Min. Alte. Esq. Roberto Andersen Cavalcanti. Rev. e Rel. p/o Acórdão Min. Dr. Eduardo Pires Gonçalves. Apte.: Sandoval Bernardino da Costa, Sd. Ex., condenado a 2 meses de impedimento, incurso no art. 183, § 2º, alínea "b", c/c o art. 72, inciso I, ambos do CPM. Apda.: A Sentença do Conselho de Justiça do 32º Grupo de Artilharia de Campanha, de 12.06.90. Adv. Drs. Alexandre Lobão Rocha e Elizabeth Diniz Martins Souto.

DECISÃO: Por maioria, o Tribunal declarou nulo o processo, ab initio, concedendo HC, de ofício, para trancar a instrução provisória, determinando o arquivamento do feito. (Sessão de 21.11.90).

EMENTA: INSUBMISSÃO. NULIDADE. Ausência do Ministério Público para promover a ação penal pública. A promoção privativa da ação penal pública, nos termos da Constituição Federal de 05.10.88, é função institucional do Ministério Público. Preliminarmente, declarada a nulidade do processo, ab initio, com fulcro no art. 500, inciso III letra "i", e inciso IV, do CPPM, concedendo H.C., de ofício, para trancar a instrução provisória, arquivando-se os autos. Decisão majoritária.

46.150-7 - RJ - Rel. Min. Alte Esq Luiz Leal Ferreira. Rev e Rel p/o Acórdão Min. Dr Antonio Carlos de Nogueira. Apte.: Wellington Rogério da Silva, Sd Ex., condenado a 03 meses e 24 dias de detenção, incurso no art. 210 do CPM, com o benefício do "sursis" pelo prazo de 2 anos. Apda.: A Sentença do CPJ da 1ª Aud. do Exército da 1ª CJM, de 25 de junho de 1990. Adv. Dra. Clarice do Nascimento Costa.

DECISÃO: Por maioria, o Tribunal reduziu a pena a dois meses de prisão e manteve o benefício do sursis. (Sessão de 26.11.90).

EMENTA: LESÃO CORPORAL CULPOSA. Disparo de arma de fogo, caracterizado por manuseio inadequado com que se houve o acusado sem certificar-se da alimentação da arma. A culpa, em sentido estrito, deve ter certa objetividade, segundo a situação de fato e as circunstâncias que a rodeiam. Assim é culpado o Militar que, ao desmunicar arma, causa disparo, ferindo outro Militar.

46.152-3 - SP - Rel. Min. Gen Ex. Haroldo Erichsen da Fonseca. Rev. Min. Dr. Antônio Carlos de Seixas Telles. Aptes.: O MPM junto à 2ª Aud. da 2ª CJM e Alexander Casemiro de Oliveira, Sd Ex. Apda.: A Sentença do CPJ da 2ª Aud. da 2ª CJM, de 03.07.90, que absolveu o Apelante do crime previsto no art. 209 do CPM, considerando o fato como infração disciplinar. Adv. Drs. Octávio Duval Meyer e Barros e Paulo Rui de Godoy.

DECISÃO: Por unanimidade, o Tribunal manteve a Sentença recorrida. (Sessão de 06.12.90).

EMENTA: PERDÃO JUDICIAL. ABSOLVIÇÃO. 1. A hipótese prevista no § 6º do art. 209, do CPM, não configura o instituto do perdão judicial, contemplado na legislação penal militar, exclusivamente, no art. 255, para grafo único, do CPM. 2. Ao considerar o fato como infração disciplinar o Colegiado Judiciário ilide a ocorrência de crime, subsumindo-se na circunstância absolutória prevista na alínea b, do art. 439, do CPPM.3.

Inexistindo prova que determine o iniciador da vis corporalis, no crime de lesões corporais, impõe-se a absolvição. 4. Apelos improvidos, em decisão unânime.

46.164-7 - RJ - Rel. Min. Ten. Brig do Ar Cherubim Rosa Filho. Rev. Min. Dr. Antônio Carlos de Nogueira. Aptes.: O MPM junto à 1ª Aud. do Exército da 1ª CJM e EDSON SANT'ANNA, Sd Ex., condenado a 04 meses de detenção, incurso no art. 210, § 2º, do CPM, com o direito de apelar em liberdade. Apda.: A Sentença do CPJ da 1ª Aud. do Exército da 1ª CJM, de 07.06.90. Adv. Drs. Eleonora Salles de Campos Borges e Clarice do Nascimento Costa.

DECISÃO: Por unanimidade, o Tribunal negou provimento ao apelo do MPM e, por maioria, reduziu a pena para dois meses e dez dias de prisão, com o benefício do sursis. (Sessão de 11.12.90).

EMENTA: LESÃO CULPOSA (Art 210, § 2º, do CPM) Restando comprovadas a autoria e materialidade delitivas e inexistindo causa de exclusão de culpabilidade, não há que se falar em absolvição do acusado. Por outro lado, tratando-se de réu menor, primário e de bons antecedentes, deve a pena ser fixada no mínimo cominado à espécie e, preenchidos os requisitos legais, faz jus o apelo ao benefício da suspensão condicional da pena. POR UNANIMIDADE DE VOTOS, negado provimento ao recurso do MPM e, POR MAIORIA, provido parcialmente o apelo da Defesa.

46.165-7 - RJ - Rel. Min. Gen. Ex. Everaldo de Oliveira Reis. Rev. Min. Dr. Antonio Carlos de Nogueira. Apte.: ORLANDO SEABRA DA SILVA, Cb. Mar. condenado a 04 meses e 20 dias de prisão, incurso no art. 187, c/c o art. 189, inciso I, última parte, ambos do CPM. Apda.: A Sentença do CPJ da 2ª Aud. Mar. da 1ª CJM, de 16.07.90 Adv. Dra. Tânia Sardinha Nascimento.

DECISÃO: Por unanimidade, o Tribunal manteve a sentença recorrida. (Sessão de 19.11.90).

EMENTA: DESERÇÃO NA ARMADA. I - Preliminar suscitada pela PGJM, totalmente improcedente, tendo em vista precedentes desta Corte e a decisão do Eg. STF in HC nº 67.931-5/RS. Preliminar rejeitada. Decisão majoritária. II - Preliminar arguida pela Defesa, também improcedente e, por unanimidade, rejeitada ex vi do art. 502 do CPPM. III - Quanto ao mérito, apelo que ficou apenas no campo das alegações, ou seja, inteiramente desprovido de prova. Pena aplicada com justiça, de vez que se levou em conta a condição de graduado e os pssimos antecedentes militares do ora Apelante. Apelo defensorio não provido. Decisão unânime.

46.179-7 - RJ - Rel. Min. Gen. Ex. Haroldo Erichsen da Fonseca. Rev. Min. Dr. Antônio Carlos de Nogueira. Aptes.: O MPM junto à 3ª Aud. do Exército da 1ª CJM e LUIS CLAUDIO DE SOUZA, Sd. Ex., condenado a 20 meses de prisão, incurso no art. 187, c/c o art. 70, incisos I e II, alínea "a", ambos do CPM. Apda.: A Sentença do CJ do Batalhão de Comando e Serviços da Academia Militar das Agulhas Negras, de 14.05.90. Adv. Dra. Ana Maria David Cortez.

DECISÃO: Por maioria, o Tribunal anulou o processo, ab initio, e concedeu HC, de ofício, para trancar a instrução provisória, arquivando-se os autos. (Sessão de 05.12.90).

EMENTA: CRIME DE DESERÇÃO. NULIDADE. A ausência de participação do Ministério Público Militar na promoção da Ação Penal enseja a nulidade do feito. Precedentes desta e da Suprema Corte. Decisão majoritária.

46.180-0 - SP - Rel. Min. Gen. Ex. Everaldo de Oliveira Reis. Rev. Min. Dr. Antonio Carlos de Nogueira. Apte.: SÉRGIO LUIZ SIQUEIRA DE OLIVEIRA, Sd Ex., condenado a 02 meses de impedimento, incurso no art. 183, § 2º, alínea "a" do CPM. Apda.: A Sentença do CJ do 20º Grupo de Artilharia de Campanha, de 03.08.90. Adv. Dr. Paulo Rui de Godoy.

DECISÃO: Por maioria, o Tribunal anulou o processo ab initio, concedendo HC, de ofício, para trancar a instrução provisória, determinando o arquivamento dos autos. (Sessão de 11.12.90).

EMENTA: INSUBMISSÃO. ANULAÇÃO. Preliminar de nulidade suscitada pela Procuradoria-Geral da Justiça Militar acolhida, tendo em vista que a ação penal não foi promovida, privativamente, pelo MP (inciso I do art 129). Concedido HC, de ofício, para trancamento da instrução provisória. Decisão majoritária.

46.181-9 - AM - Rel. Min. Alte. Esq. Luiz Leal Ferreira. Rev. e Rel. p/o Acórdão: Min. Dr. Aldo Fagundes. Aptes.: O MPM junto à Aud. da 12ª CJM e SEBASTIÃO DE SOUZA LIMA, Soldado do Exército, condenado a 2 meses de impedimento, incurso no Art. 183, c/c o Art. 72, inciso I, ambos do CPM. Apda.: A Sentença do CJ do 1º Batalhão de Engenharia de Construção, de 26 de junho de 1990. Adv. Dr. Benedito de Jesus Pereira Tavares.

DECISÃO: Por maioria, o Tribunal, declarou, nulo o processo, ab initio, e concedeu HC, de ofício, para trancar a instrução provisória, arquivando-se o feito. (Sessão de 09.11.90).

EMENTA: INSUBMISSÃO. A não participação do MPM na propositura da ação penal determina a nulidade do feito ab initio, consoante decisão do Supremo Tribunal Federal e antecedentes desta Corte. Não interesse na renovação do processo, pelo cumprimento da pena. HC ex officio para o trancamento da instrução provisória. Decisão por maioria.

46.199-0 - DF - Rel. Min. Gen. Ex. Haroldo Erichsen da Fonseca. Rev. Min. Dr. Antônio Carlos de Nogueira. Apte.: ELIEZER CANEDO DE SOUZA, civil, condenado a 01 mês de detenção, incurso no art. 255, c/c o art 53, caput, ambos do CPM, com o direito de apelar em liberdade. Apda.: A Sentença do CPJ da Aud. da 11ª CJM, de 10.08.90 Adv. Dr. Alexandre Lobão Rocha.

DECISÃO: Por unanimidade, o Tribunal manteve a Sentença recorrida. (Sessão de 18.12.90).

EMENTA: RECEPTAÇÃO CULPOSA. Satisfeitos os requisitos caracterizadores do crime, insitos no art. 255, do CPM, ainda que apenas um deles, é de ser mantida a condenação. Apelo improvido. Decisão unânime.

46.208-4 - RJ - Rel. Min. Gen. Ex. Haroldo Erichsen da Fonseca. Rev. Min. Dr. Antônio Carlos de Seixas Telles. Aptes.: FABIANO LEMOS POLETTI, Sd



Ex., condenado a 03 meses de impedimento, incurso no art. 183, § 2º, c/c o art. 72, incisos II e III, alínea c, tudo do CPM. Apda.: A Sentença do CJ do 32º Batalhão de Infantaria Motorizado, de 19.12.90. Adv. Dra. Teresa da Silva Moreira.

**DECISÃO:** Por maioria, o Tribunal preliminarmente, anulou o processo, ab initio, para trancar a instrução provisória, arquivando-se os autos. (Sessão de 19.11.90).

**EMENTA:** CRIME DE INSUBMISSÃO. NULIDADE. A ausência de participação do MPM na promoção da Ação Penal enseja a nulidade do feito. Precedentes desta e da Suprema Corte. Decisão majoritária.

46.215-5 - SP - Rel. Min. Gen. Ex. Wilberto Luiz Lima. Rev. Min. Dr. Antônio Carlos de Seixas Telles. Apte.: JOÃO VIEIRA DA SILVA NETO, civil, condenado a 01 ano e 03 meses de reclusão, incurso no art. 312, c/c o art. 70, inciso I, ambos do CPM. Apda.: A Sentença do CPJ da 3ª Aud. da 2ª CJM, de 28.08.90. Adv. Drs. Reinaldo Silva Coelho e Regina Maria Reichmann.

**DECISÃO:** Por unanimidade, o Tribunal negou provimento ao apelo e manteve a Sentença recorrida. (Sessão de 18.12.90).

**EMENTA:** FALSIDADE IDEOLÓGICA. Indemonstrados a incompetência da Justiça Militar e o equívoco da Sentença, suscitados em preliminar pela Defesa. Inexistência de estado de necessidade. Rejeição das preliminares. Negado provimento ao apelo da Defesa com a manutenção da Sentença recorrida. Decisão unânime.

46.216-5 - RS - Rel. Min. Gen. Ex. Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Rev. Min. Dr. Paulo César Cataldo. Apte.: MARCELOS DANIEL SIQUEIRA, Sd Ex, condenado a 04 meses de prisão, incurso no art. 187 c/c o art. 189, inciso I, ambos do CPM. Apda.: A Sentença do CJ do 3º Regimento de Cavalaria de Guardas, de 23.08.90. Adv. Dra. Nadja Maria Guerra Rodrigues.

**DECISÃO:** Por maioria, o Tribunal, preliminarmente, declarou nulo o processo, ab initio, e concedeu HC, de ofício, para trancar a instrução provisória, arquivando-se o feito. (Sessão de 11.12.90)

**EMENTA:** (CRIME DE DESERÇÃO) - 1 - Ausente nos autos do delito de Deserção, a peça preambular acusatória, violada se mostra o preceituado no Art 129, inciso I, da Carta Mandamental. 2 - Pleito preliminar de nulidade, suscitado reciprocamente, pelo Ministério Público Militar e Defesa. 3 - Majoritariamente acolhida a preliminar de nulidade suscitada pelas partes, ex vi do Art. 500, incisos III, letra "i" e IV do CPPM, concedendo HC de ofício, para o trancamento da instrução provisória e o arquivamento do feito.

46.217-1 - BA - Rel. Min. Ten. Brig do Ar Cherubim Rosa Filho. Rev. Min. Dr. Paulo César Cataldo. Apte.: LUCAS ANTÔNIO DA SILVA OLIVEIRA, MN, condenado a 03 anos e 07 meses de reclusão, incurso no art. 303, § 2º, c/c o art. 70, inciso II, alínea "1", com a pena acessória de exclusão das Forças Armadas, com base nos arts. 98, inciso IV, 102 e 107, tudo do CPM, Apda.: A Sentença do CPJ da Aud. da 6ª CJM, de 21.08.90. Adv. Drs. Sérgio Habib e Adhemar Marcondes de Moura.

**DECISÃO:** Por unanimidade, o Tribunal manteve a condenação, e reduziu a pena imposta ao recorrente para dois anos e seis meses de reclusão, incurso, por desclassificação, no art. 240, §§ 4º e 5º, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "1", tudo do CPM, mantida a pena acessória de exclusão das Forças Armadas, estabelecendo o regime aberto para o cumprimento inicial da pena, determinando a remessa de cópia do Acórdão ao Exmº Sr Ministro de Estado da Marinha, para as providências que S. Exª julgar cabíveis. (Sessão de 17.12.90).

**EMENTA:** FURTO QUALIFICADO (Art. 240, §§ 4º e 5º, do CPM). DESCLASSIFICAÇÃO. Desde que resulte em benefício para o réu e conste da matéria fática, pode o Tribunal operar a desclassificação do delito capitulado na denúncia, mesmo sem a manifestação do Ministério Público Militar, em suas alegações finais. Inteligência da Súmula nº 5/STM. "In casu", o Apelante foi condenado como incurso no art. 303, § 2º, do CPM. Entretanto, a matéria fática admite a desclassificação "IN MELIUS" para o art. 240, §§ 4º e 5º, do mesmo diploma legal. Recurso parcialmente provido. Decisão unânime.

46.218-1 - RS - Rel. Min. Ten. Brig do Ar Cherubim Rosa Filho. Rev. Min. Dr. Paulo César Cataldo. Aptes.: O MPM junto à 2ª Auditoria da 3ª CJM, e LUIS ROBERTO SCOTTO, Sd.Ex., condenado a 03 meses de prisão, incurso no art. 187, c/c os arts. 72, inciso I e 189, inciso I, tudo do CPM. Apda.: A Sentença do CJ do 6º Batalhão de Engenharia de Combate, de 09.08.90. Adv. Dr. Marcelo Martinelli.

**DECISÃO:** Por maioria, o Tribunal preliminarmente, anulou o processo, ab initio, e concedeu HC, de ofício, para trancar a instrução provisória, arquivando-se os autos. (Sessão de 11.12.90).

**EMENTA:** DESERÇÃO. DESENCADEAMENTO DA AÇÃO PENAL SEM A PARTICIPAÇÃO DO MP. ANULAÇÃO DO PROCESSO. Após a publicação no D.J.U. de 31.08.90 - Seção I - página 8657, do Acórdão prolatado pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal, nos autos do HC nº 67.931-5/RS, todo processo oriundo de Conselho de Justiça de Unidade, do qual não tenha participado o Ministério Público Militar, está eivado de nulidade, ante a norma do artigo 129, inciso I, da Constituição Federal. POR MAIORIA DE VOTOS, o Tribunal acolheu a preliminar suscitada pela Defesa para anular o processo, ab initio, concedendo HC, de ofício, para trancar a instrução provisória, determinando o arquivamento dos autos.

46.237-8 - DF - Rel. Min. Gen. Ex. Wilberto Luiz Lima. Rev. Min. Dr. Antônio Carlos de Nogueira. Apte.: O MPM junto à Aud. da 11ª CJM. Apda.: A Sentença do CJ do 16º Batalhão Logístico, de 06.09.90, que absolveu o Sd. Ex. ELTON GUEDES DE SOUZA, do crime previsto no art. 183 do CPM. Adv. Dr. Alexandre Lobão Rocha.

**DECISÃO:** Por maioria, o Tribunal, preliminarmente, anulou o processo, ab initio, e concedeu HC, de ofício, para trancar a instrução provisória, arquivando-se o feito. (Sessão de 12.12.90).

**EMENTA:** INSUBMISSÃO. Recurso do MPM como custos legis. Processo instaurado sem intervenção do MPM. Declarada a nulidade, ab initio do processo. Concedido HC de ofício para trancamento da instrução provisória, com arquivamento dos autos. Decisão majoritária.

46.243-2 - DF - Rel. Min. Gen. Ex. Everaldo de Oliveira Reis. Rev. Min. Dr. Antônio Carlos de Nogueira. Aptes.: O MPM junto à Aud. da 11ª CJM e EDVAN FERREIRA DA SILVA, Sd.Ex., condenado a 06 meses de prisão, incurso no art. 187 do CPM. Apda.: A Sentença do CJ do 32º Grupo de Artilharia de Campanha, de 27.08.90. Adv. Dr. Alexandre Lobão Rocha.

**DECISÃO:** Por maioria, o Tribunal acolheu a preliminar suscitada pelas partes, no sentido de anular o processo, ab initio, concedendo HC, de ofício, para trancar a instrução provisória, determinando o arquivamento do feito. (Sessão de 11.12.90).

**EMENTA:** DESERÇÃO. ANULAÇÃO. Preliminar de nulidade suscitada pelas partes acolhida, tendo em vista que a ação penal não foi promovida, privativamente, pelo MP, conforme Mandamento Constitucional (inciso I do art. 129). Concedido HC, de ofício, para trancamento da instrução provisória. Decisão majoritária.

46.249-0 - SP - Rel. Min. Gen. Ex. Haroldo Erichsen da Fonseca. Rev. Min. Dr. Paulo César Cataldo. Apte.: EDNALDO CUSTÓDIO FRANCO, Sd. Ex, condenado a 08 meses de prisão, incurso por duas vezes no art. 240, § 2º, c/c os arts. 80 e 79, tudo do CPM. Apda.: A Sentença do CPJ da 3ª Aud. da 2ª CJM, de 12.09.90). Adv. Dr. Reinaldo Silva Coelho.

**DECISÃO:** Por unanimidade, o Tribunal manteve a Sentença recorrida. (Sessão de 18.12.90).

**EMENTA:** Sursis. O benefício da suspensão condicional da pena é um direito pessoal do réu, desde que satisfaça os pressupostos objetivos e subjetivos autorizadores da concessão (art. 84, do CPM). In casu os antecedentes e a personalidade do Sentenciado não conduzem a presunção de que não voltará a delinquir. Apelo improvido, em decisão unânime.

#### CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO

145-0 - DF - Rel. Min. Ten. Brig. do Ar George Belham da Motta. Rev. Min. Dr. Eduardo Pires Gonçalves. O Exmo. Sr. Ministro de Estado da Marinha, em cumprimento ao disposto no art. 13, inciso V, alínea "a", da Lei nº 5.836/72, encaminha os autos do Conselho de Justificação a que foi submetido o Capitão-de-Corveta EDUARDO DUARTE SILVA. Adv. Dr. Antônio Alves Fernandes.

**DECISÃO:** O Tribunal, por maioria, preliminarmente, decidiu não converter o julgamento em diligência e, no mérito, também por maioria, o Justificante foi considerado culpado de ter conduta irregular, ex vi da letra "b", inciso I, do art. 2º, da Lei nº 5.836/72, determinando, em consequência, sua reforma, de acordo com o inciso II, do art. 16, do mesmo Diploma Legal. (Sessão de 05.03.91).

**EMENTA:** CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO - Oficial acusado de conduta irregular. Libelo acusatório contendo quinze itens, alguns já prescritos. Julgamento do Conselho de Justificação abrangendo o campo ético-moral, refletindo as condutas irregulares constatadas incompatibilidade com as responsabilidades de Oficial em atividade. Preliminares suscitadas pela Defesa, em sustentação oral, não acolhidas. Por maioria, não foi convertido o julgamento em diligência e, no mérito, também por maioria, considerado o Justificante culpado de ter conduta irregular, ex vi da letra "b", do inciso I, do artigo 2º, da Lei nº 5.836/72, sendo determinada sua reforma de acordo com o inciso II, do artigo 16, do mesmo Diploma Legal.

#### HABEAS CORPUS

(Publicação para fins do art. 145, do RI/STM).

32.701-0 - RJ - Rel. Min. Dr. Paulo César Cataldo. Pacte.: CLÁUDIO ANTÔNIO GUERRA, civil, preso preventivamente à disposição da Exma. Sra. Juíza-Auditora da 2ª Auditoria de Exército da 1ª CJM, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado Juízo, pede liminarmente, a concessão da ordem para que seja posto em liberdade. Imptes: Drs. Marco Antonio Leite de Siqueira e José Danir Siqueira do Nascimento.

**DECISÃO:** Por unanimidade, o Tribunal referendou a decisão da Presidência que julgou prejudicado, por perda de objeto, o pedido liberatório, deferindo em parte o writ para reconhecer extinta a pretensão punitiva, pela prescrição, relativa e tão-somente ao crime de ameaça (art. 223 do CPM) e denegando a ordem quanto aos demais fundamentos, por falta de amparo legal. (Sessão de 21.03.91).

**EMENTA:** HABEAS CORPUS. PACIENTE DENUNCIADO POR RECEPÇÃO E AMEAÇA. ARGUMENTOS MÚLTIPLOS: EXCESSO DE PRAZO, LITISPENDÊNCIA, FALTA DE JUSTA CAUSA E DE CORPO DE DELITO, INÉPCIA DA DENÚNCIA E PRESCRIÇÃO. Excesso de prazo. Pedido liberatório prejudicado ante a revogação do decreto de prisão preventiva pelo Juízo a quo. Litispendência. Ausência de segunda e simultânea relação processual sobre o mesmo e idêntico objeto a desautorizar se reconheça o bis in idem. Falta de justa causa. Elementos probatórios hauridos da instrução criminal a cancelar a opinio delicti, indicativos da fumaça de bom direito. Ausência de prova técnica. O fato de os exames periciais não terem vindo aos autos não induz preterição de formalidade; momentaneamente quando noticiado o próximo e oportuno implemento. Inépcia da denúncia. Peça descritiva de conduta típica que, expondo a base empírica do pedido para deduzir sua base normativa, não inibe o exercício da ampla defesa e justifica a propositura da ação penal. Prescrição. Ultrapassado o biênio prescricional entre o fato imputado e a primeira causa interruptiva, declara-se extinta a pretensão punitiva tão-só quanto ao crime de ameaça. Referendadas a Decisão da Presidência da Corte que julgou prejudicado o pedido liberatório em período de férias, por perda de objeto. Deferido o writ, em parte, para reconhecer extinta a pretensão punitiva quanto ao delito de ameaça. Denegada a ordem quanto aos demais fundamentos, mantida a relação processual. Unânime.

32.720-7 - RJ - Rel. Min. Gen. Ex. Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Pacte.: MAURÍCIO TURCATO JORGE, 2º Ten. Mar, respondendo a processo perante a 2ª Aud. Mar. da 1ª CJM, alegando se encontrar na iminência de sofrer constrangimento ilegal por parte do Exmo Sr. Juiz-Auditor do mencionado Juízo que lhe negou o direito de defesa, pede, liminarmente, a concessão da ordem para que seja trancada a ação penal, face o cerceamento da defesa. Impte: Dra. Tânia Sardinha Nascimento.

**DECISÃO:** Por unanimidade, o Tribunal conheceu do pedido e denegou a ordem por falta de amparo legal. (Sessão de 11.04.91).



**EMENTA:** (HABEAS CORPUS) I - Descabê a impetração que visa nulificar o decisum, ao argumento do paciente estar na iminência de sofrer constrangimento ilegal, por lhe estar sendo negado o direito de defesa. II - A questio, como incontestado, resulta inteiramente prejudicada. III - O presente writ repete, literalmente, as mesmas razões que fundamentaram o Recurso Criminal nº 5973-9/RJ. Renovação de diligência que já fez por merecer o crivo desta Egrégia Corte Militar. IV - A unanimidade, conhecido o pedido e denegada a ordem.

32.736-3 - DF - Rel. Min. Ten. Brig. do Ar George Belham da Motta. Pate.: JOSÉ DARIÔNIZIO PEREIRA DA CRUZ, civil, preso, sob a custódia da Superintendência Regional da Polícia Federal, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte da mencionada Superintendência, pede, liminarmente, a concessão da ordem para que seja relaxada sua prisão a fim de que solto possa responder à qualquer imputação que lhe venha ser irrogada. Impes: Drs. Luiz Gustavo Mee do Nascimento e Raimundo de Oliveira Magalhães.

**DECISÃO:** Por unanimidade, o Tribunal não conheceu do pedido, julgando-se incompetente para o feito e determinando a remessa dos autos ao C. Superior Tribunal de Justiça. (Sessão de 26.04.91).

**EMENTA:** HABEAS CORPUS - Lei de Segurança Nacional - Prisão em flagrante, estando o ora Paciente sob a custódia da Superintendência do DPF no DF. Impetração aforada, originariamente, na Seção Judiciária do DF, havendo o MM Juiz Federal da 8ª Vara declinado da sua competência em favor desta Justiça Especializada. Conflito negativo de competência suscitado, no procedimento anteriormente instaurado, encaminhado ao Egrégio STJ, Competência da Justiça Militar definida no artigo 124, da Constituição, escapando à sua apreciação os crimes políticos, consoante artigo 109, inciso IV, daquela Carta Magna que os atribui à Justiça Federal. Não conhecido do pedido, sendo determinado o encaminhamento do "writ" ao Colendo STJ. Decisão unânime.

Brasília, 23 de maio de 1991

IZAURA LIMA DA SILVA ARAÚJO, Superv. II em substituição; SIRLENE GOMES DE OLIVEIRA, Supervisora III; VISTO: DR. LUIZ MALTA COELHO, Diretor da DIJUR.

## Ministério Público da União

### Ministério Público Federal

### Procuradoria Geral da República

### Procuradoria da República no Distrito Federal

PORTARIA Nº 23, DE 24 DE MAIO DE 1991

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 754, de 10 de novembro de 1987, do Senhor Procurador-Geral da República, resolve,

Designar a Dra. DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRATTO PEREIRA, Procuradora da República de 2ª categoria, para acompanhar a Inspeção Geral dos serviços da Secretaria da 5ª Vara Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com início às 14:00 horas do dia 24 de junho do corrente ano.

I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES

### Procuradoria da República de Pernambuco

PORTARIA Nº 14, DE 17 DE MAIO DE 1991

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº 68.330, de 09.03.71, resolve:

Designar o Procurador da República, Dr. FRANCISCO LUIZ PITTA MARINHO para representar o Ministério Público Federal para acompanhar os trabalhos de Inspeção na 10ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco a ser instalada no período de 03 a 07 de junho do corrente ano.

ISABEL GUIMARÃES DA CÂMARA LIMA

A Imprensa Nacional dispõe dos seguintes volumes-índices da RTJ — STF. Volumes 01 a 31, 42 a 56, 57 a 72 e 73 a 82.

Consulte-nos: (061) 226-2586 e 321-5566

rs. 305 e 309.

## Ministério Público do Trabalho

### Procuradoria Regional do Trabalho

### 2ª Região

Relação Processual - relação de processos remetidos ao Tribunal Regional da 2ª Região com pareceres  
Guia de remessa nº 64/91

#### RECURSO ORDINÁRIO

Proc.: 02900140719

Recorrente

Advogado

Recorrido

Advogado

Proc.: 02900140816

1.Recorrente

Advogado

2.Recorrente

Advogado

Proc.: 02900140824

1.Recorrente

Advogado

2.Recorrente

Advogado

Proc.: 02900140891

1.Recorrente

Advogado

2.Recorrente

Advogado

Proc.: 02900140956

Recorrente

Advogado

Recorrido

Advogado

Proc.: 02900140964

Recorrente

Advogado

Recorrido

Advogado

Proc.: 02900140972

Recorrente

Advogado

Recorrido

Advogado

Proc.: 02900141170

Recorrente

Advogado

Recorrido

Advogado

Proc.: 02900142991

Recorrente

Advogado

Recorrido

Advogado

Proc.: 02900143025

Recorrente

Advogado

Recorrido

Advogado

Proc.: 02900143386

Recorrente

Advogado

Recorrido

Advogado

Proc.: 02900143394

Recorrente

Advogado

Recorrido

Advogado

Proc.: 02900143424

Recorrente

Advogado

Recorrido

Advogado

Proc.: 02900143432

Recorrente

Advogado

Recorrido

Advogado

Proc.: 02900143440

Recorrente

Parecer 115/91

Paulo Alvim de Oliveira

Paulo Alvim de Oliveira

Comind Participações S/A

Jonas da Costa Matos

Parecer 99/91

Sergio Poletti

Francisco Ary Montenegro Castelo

Fundação Padre Anchieta

Nicolau Tannus

Parecer 73/91

Banco Nacional S/A

Armando da Conceição Teixeira Ribeiro

Sérgio Aparecido Poli

Jose Leme de Macedo

Parecer 100/91

Josemar Xavier de Moura

Luiz Antonio Mariano

As Marias Paes e Doces Ltda

Eraldo Aurelio Rodrigues Franzese

Parecer 76/91

Incorporadora Vera Cruz S/C Ltda

Wilson de Oliveira

Cícero Vicente dos Santos

Jose Roberto de Souza

Parecer 77/91

Carlos Eduardo da Silva Santana

Carlos Alberto dos Anjos

Sjobim Seguranga Indl e Mercantil Ltda

Parecer 78/91

Albino Cerqueira Sampaio

Maria Joaquina Siqueira

Maria Ines Voigt dos Santos

Joel Iglesias

Parecer 42/91

Pedro Bara Neto

Antonio Bonival Camargo

Roland Berger Assoc Cons Internac Ltda

Hamilton Ernesto Antonino Reynaldo Protol

Parecer 345/91

Luiz Rodrigues

Olga Nascimento Ortiz

Viação Santa Madalena Ltda

Zélia Oliveira Cota

Parecer 348/91

Sul Bahia Transportes Ltda

Christiniano de Oliveira

Jose João da Silva

Jose Duarte Filho

Parecer 79/91

Vigimen Seguranga Ltda

Gilson Jose Lins de Araujo

Jose Gonçalves de Oliveira

Euclides Dourador Servilheira

Parecer 101/91

Banco Comercial Bancesa S/A

Oswaldo Pereira D'Aguiar Baptista

Severino Clovis Sinesio de Farias

Domingo Manzanares Montalban

Parecer 104/91

Francisco Vicente Neto

Edgar Roberto

Centro Apoio A Peq Media Empresa Est SP

Jayme Borges Gamboa

Parecer 105/91

Condominio da Chacara Santa Elena

Renata Asbahr Tonon

Lindivaldo Alves de Lima

Catarina Dias Ohlweiler

Parecer 106/91

Maria José de Almeida